



notas bibliográficas

MICHEL FOUCAULT: FECUNDIDADE E IMPASSES DA ARQUEOLOGIA

Michel Foucault: fecundity and deadlocks of archeology

Carlos Roberto Drawin *

DOMINGUES, Ivan. *Foucault, a arqueologia e 'As palavras e as coisas'*. Cinquenta anos depois. Segunda edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023. 411 pp. ISBN 978-6558580966.

A obra de Michel Foucault (1926-1984) é vasta, complexa e ramificada, testemunhando a contínua mutação de seu inquieto pensamento ou, como observa César Candiotto, constituída por experiências de pensamento de um “camaleão filosófico”, como registra no final da “Introdução” de *A arqueologia do saber*: “não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo...”¹ Grande parte dela nos é facilmente acessível, não somente por estar traduzida para o português, inclusive os diversos volumes que compõem os *Ditos e escritos*, publicados em francês em 1994, mas, também, por termos disponíveis em nossa língua preciosas e sucintas introduções como, por exemplo, as de Paul Veyne, Pierre Billouet, Ed-

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Professor Emérito da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Email: carlosdrawin@yahoo.com.br.

¹ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972, p. 27; cf. CANDIOTTO, César. “Entre erros férteis e verdades anódinas: sobre ‘Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’: cinquenta anos depois’”, de Ivan Domingues”. *Transformação*, Marília, v.46, n. 4, p. 109-126, Out./Dez., 2023, aqui p. 113.

gardo Castro, Jean-François Bert, dentre muitas outras. O interessado em prosseguir os seus estudos poderá também recorrer ao tão útil *Vocabulário de Foucault*, do já citado Edgardo Castro, ou à edição brasileira da *The Cambridge Companion to Foucault*, organizada por Gary Gutting. E pode até mesmo se deliciar com as crônicas e finas observações contidas nas “Impressões de Michel Foucault”, depoimento autobiográfico do saudoso filósofo brasileiro Roberto Machado, que não só conviveu com o filósofo francês, mas foi um dos mais eminentes responsáveis por sua recepção brasileira.² Assim, nesses quarenta anos transcorridos desde a precoce morte do filósofo, podemos dizer, sem temor de incorrer em elogio hiperbólico, que a obra foucaultiana não só está bem estabelecida no espaço acadêmico da filosofia no Brasil, mas exerce inequívoca influência em diversas áreas dos saberes e das práticas como, para citar as mais óbvias, o Direito e a Criminologia, a Psiquiatria e a Saúde Mental, a Psicologia, a Psicanálise e as Ciências Sociais. As suas ideias, de modo nem sempre muito rigoroso, se difundiram por diversos movimentos sociais e são utilizadas como armas retóricas em diferentes confrontos políticos e ideológicos.

Tamanha influência decorre da acuidade com que o filósofo soube ler e expressar os sintomas de seu tempo e porque, preservando as suas brilhantes criações conceituais, ele se manteve avesso aos projetos sistemáticos e era pouco cioso em manter a coerência interna de seu pensamento. Ele mesmo incentivou que os seus escritos fossem utilizados em diferentes perspectivas. Na época da publicação de *Vigiar e punir*, numa entrevista dada no início de 1975, ao ser indagado acerca de a quais lutas as suas obras poderiam servir, ele respondeu de modo claro e direto:

meu discurso é, evidentemente, um discurso intelectual e, como tal, opera nas redes de poder em funcionamento. Contudo, um livro é feito para servir a usos não definidos por aquele que o escreveu. Quanto mais houver usos novos, possíveis, imprevistos, mais ficarei contente. Todos os meus livros, seja *História da loucura*, seja outro, podem ser pequenas caixas de ferramentas. Se as pessoas querem mesmo abri-las, servirem-se de tal frase, tal ideia, tal análise, como de uma chave de fenda, ou uma chave-inglesa, para produzir um curto-circuito, desqualificar, quebrar os sistemas de poder, inclusive, eventualmente, os próprios sistemas de que meus livros resultaram... pois bem, tanto melhor!³

Se essa era a intenção do autor, então, sem dúvida ele foi bem atendido. Não é de se estranhar, portanto, que boa parte de sua celebridade está radcada no uso militante de suas ideias e na consequente difusão de seus textos mais propícios à realização desses propósitos. Tal é o caso notório de obras como *História da loucura* (1961), *O nascimento da clínica* (1963) e, sobretudo, *Vigiar e punir* (1975), mas também de alguns cursos ministrados no *Collège de France*

² Cf. MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

³ FOUCAULT, Michel. *Entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006, p. 52.

como, por exemplo, *Em defesa da sociedade* (1976/1997). Há também os inúmeros escritos e entrevistas, feitas muitas vezes no calor das controvérsias, mas nada disso desmerece o filósofo, pois testemunham um vigor criativo raramente encontrado em outros pensadores da mesma envergadura. Esse filosofar sem pudor de perder-se na história não produziria, no entanto, um efeito paradoxal? O autor sempre disposto a se repensar e assestar inesperados golpes nos sistemas de poder não acabaria por ser entronizado como uma autoridade dogmática e se deparando com suas palavras revestidas de um efeito oracular? O filósofo descompromissado com a manutenção de sua coerência e desconfiado das verdades intemporais não poderia ser mitificado em seu afã de desmistificação? A força crítica de sua obra não se enfraqueceria ao ser convertida numa espécie de *dóxa* incriticável?

O filósofo, que recorria a Nietzsche, Blanchot, Barthes e outros “literatos” em busca de “discursos exteriores à filosofia”, não se iludia quanto a isso e jamais pretendeu fixar-se em doutrina, preferia ser um “pirotécnico”, fazer “caírem os muros”.⁴ Sem apreço aos sistemas filosóficos, jamais cessou, no entanto, de interrogar o sentido de sua trajetória, cuidadoso em não perder a riqueza das múltiplas perspectivas por ela abertas. Escrevendo um verbete sobre ele mesmo no *Dicionário dos filósofos* dirigido por Denis Huisman, e sob o pseudônimo de Maurice Florence, ele se inscrevia na tradição kantiana, para dela se apropriar como uma “história crítica do pensamento”, no sentido de analisar as condições sob as quais se dão as relações de um sujeito e de um objeto. Mas enfatizando que os dois polos não seriam previamente dados para, então, num trabalho reflexivo posterior, serem determinadas as condições de possibilidade de sua relação. Ao contrário, a análise dos saberes, indo além da demarcação entre ciência e não ciência, procura mostrar como as diferentes configurações históricas constituem múltiplos modos de subjetivação e de objetivação. Por conseguinte, a atribuição de verdade ou falsidade a um discurso depende dessas configurações históricas ou do “*a priori* histórico” constitutivo dos “jogos de verdade” implícitos na modalização da subjetivação e da objetivação. A instância constituinte não remete, pois, a um sujeito transcendental reflexivamente estabelecido, mas, antes, desvela os processos, estratos e regras subjacentes ao próprio sujeito transcendental. Ou seja, a “história crítica do pensamento” pode ser entendida também como uma “história da subjetividade”, pois se há um eixo articulador da obra foucaultiana ele poderia ser descrito como o

estudo da constituição do sujeito como objeto para si mesmo: a formação dos procedimentos pelos quais o sujeito é levado a observar-se, analisar-se, decifrar-se, a reconhecer-se como possível (...) a maneira como o sujeito se vivencia num jogo de verdade em que ele se relaciona consigo mesmo.⁵

⁴ FOUCAULT, *Entrevistas*, p. 63-65; p. 69-70.

⁵ FLORENCE, Maurice. “Foucault, Michel, 1926 -”. In: HUISMAN, Denis (Dir.). *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 390-391.

Pode-se, assim, deslindar o entramado presente nos desdobramentos na obra foucaultiana a articular suas etapas enquanto “arqueologia do saber”, “genealogia do poder” ou “cuidado de si mesmo”, etapas que, estimuladas por interesses contingentes, sempre foram lastreadas por seu olhar de “geólogo” e “arquivista” a perquirir as sedimentações dos processos históricos de subjetivação que possibilitaram a objetivação do sujeito como um doente mental, um delinquente ou um governante de si mesmo. O filósofo mostra, então, as implicações metódicas desse tipo de investigação. Em primeiro lugar, haveria “um ceticismo sistemático com respeito a todos os universais antropológicos”; em segundo lugar, e invertendo a direção da reflexão transcendental de tipo kantiano ou fenomenológico, dever-se-ia “descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um domínio de conhecimento”; em terceiro lugar, o que se quer no visar das “práticas” é tornar explícito “o conjunto das maneiras de fazer mais ou menos regulamentadas, mais ou menos pensadas, mais ou menos finalizadas (...) que fornecem a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto”.⁶

Esses esclarecimentos imediatamente nos suscitam a seguinte indagação: a inversão do procedimento reflexivo, quando se passa do transcendental ao histórico, quando os universais antropológicos se mostram como efeitos de modos diversos e contingentes de fazer, pensar e regulamentar, não invalidaria a pretensão crítica que subjaz e anima a obra foucaultiana em toda sua extensão? Não acabaria por destruir o próprio projeto de uma história crítica do pensamento e da subjetividade? Não poria em questão uma possível aproximação entre Foucault e Kant como ele, não sem certa ambiguidade, pretendia estabelecer?

Certamente tais dúvidas não bloqueiam a enorme fecundidade de uma obra que deve ser medida por seu impacto e permanência na história dos efeitos que ela mesma produziu. Por outro lado, tais questões não podem ser elididas senão ao preço de enfraquecer os efeitos da obra ao diluí-la na vulgata das crenças pós-modernas. Para que um pensamento continue vivo – e esse é o imprescindível legado kantiano – é necessário que ele se explique diante do tribunal autocrítico da razão. Certamente a imagem do tribunal da razão não era apreciada por Foucault, mas, seja como for, a interrogação acerca da justificação filosófica de seu projeto e de seu método não pode ser sufocada.

Ora, o livro do Professor Ivan Domingues, *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois, em sua segunda edição revista e ampliada de 2023, pode ser lido como uma espécie de glosa metacrítica e, assim, deve ser considerado como uma valiosa contribuição para o de-

⁶ FLORENCE, “Foucault, Michel, 1926 -”, p. 390-391.

bate filosófico acerca do método arqueológico quando já se passou mais de meio século desde a publicação impactante, em 1966, de *As palavras e as coisas*. Ou, como bem observa César Candiotto, “não se trata de uma leitura exegética, no sentido de enfatizar uma via interpretativa internalista; privilegia, antes, a utilização de Foucault como inspiração...”.⁷

No entanto, a riqueza de conteúdo do livro de Domingues, a sua argumentação intrincada, a exigir inúmeras distinções e mediações conceituais, não permite que dele se faça um resumo de fácil assimilação. Não há como contornar a dificuldade, senão estimulando o possível leitor a empreender a sua própria travessia, sabendo, de antemão, não se tratar de um trabalho introdutório ou de divulgação, mas de uma cerrada discussão filosófica que não recua diante da celebridade do filósofo francês. Um dos grandes méritos do livro do professor Ivan Domingues é justamente o de delinear o quadro conceptual no qual se situa o pensamento foucaultiano, não apenas em sua fase arqueológica, mas aquele que de alguma forma se mantém nos diversos deslocamentos de seu itinerário, conforme aquela pressuposição de uma unidade aberta e dinâmica reivindicada pelo pensador.

Não sendo viável um resumo ou apresentação exaustiva, eu me limitarei nesta nota bibliográfica a coligir alguns elementos essenciais dos dois primeiros capítulos e do sétimo capítulo, a eles correlacionado, e sempre consultando alguns tópicos do oitavo capítulo e do muito instigante anexo acerca da “questão antropológica”.

Logo na primeira página do primeiro capítulo, o leitor já encontra a orientação básica que o conduzirá naquela já mencionada travessia, difícil e proveitosa, de uma argumentação longa, a se estender por mais de quatrocentas páginas. O autor do livro, um renomado pesquisador brasileiro, dedicou-se, desde seu doutorado em filosofia pela Universidade de Paris 1, ao estudo da epistemologia das ciências humanas, já tendo publicado sobre o assunto alguns trabalhos de inegável importância como *O grau zero do conhecimento. O problema da fundamentação das ciências humanas* (1991); *O fio e a trama. Reflexões sobre o tempo e a história* (1996), *Epistemologia das ciências humanas. Tomo I: Positivismo e hermenêutica* (2004); *Lévi-Strauss e as Américas: análise estrutural dos mitos* (2012). Por conseguinte, a orientação básica do seu livro não poderia deixar de ser a de conceder prioridade ao “enquadramento epistemológico, com a escolha recaindo sobre ‘As palavras e as coisas’”, assim como “a postulação de sua pertença à escola epistemológica francesa”.⁸

⁷ CANDIOTTO, “Entre erros férteis e verdades anódinas: sobre “Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’: cinquenta anos depois”, de Ivan Domingues”, p. 115.

⁸ DOMINGUES, Ivan. *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023, p. 25.

Nessa “escola”, da qual fizeram parte os nomes eminentes de Gaston Bachelard, Alexandre Koyré e Georges Canguilhem, também se inscrevem de modo não ortodoxo, tanto o autor do livro, quanto o filósofo por ele estudado. Ela, em contraste com a tradição anglo-americana de inclinação lógica, se distinguiu por incorporar a história das ciências e dos saberes no fazer epistemológico como, aliás, já havia indicado o autor em seu ensaio *O continente e a ilha*, no qual compara “as duas vias da filosofia contemporânea”.⁹ Essa menção não é irrelevante, pois o autor, apesar de sua sólida formação na “escola francesa”, manifesta, após os seus estudos na Inglaterra e nos Estados Unidos, certa inflexão anglo-saxônica a temperar a sua leitura epistemológica da arqueologia.

No primeiro capítulo Ivan Domingues explora a singularidade da incorporação da história, mostrando a sua perspectiva de descontinuidade, a abrangência e capacidade de penetração da noção de *episteme* ao romper com o *establishment* das ciências consagradas como “fatos” a serem justificadas transcendentalmente. Não obstante, ressaltando a insuficiência de clarificação do filósofo francês, o primeiro capítulo oferece um glossário bem matizado de termos utilizados pelo filósofo, embora nem sempre devidamente elucidados como “arqueologia”, “episteme”, “discurso”, “ciências humanas” e outros que, apesar de serem apropriados pelos leitores por sua suposta obviedade comportam ambiguidades e dificuldades que necessitam ser explicitadas e discutidas. Conforme já se disse em relação ao conjunto do livro, não há nem mesmo como resumir o conteúdo do primeiro capítulo, mas deve-se ressaltar que a sua leitura muito se enriquece ao ser intercalada pela consulta às extensas e ricas notas bibliográficas colocadas ao seu final (p. 55-66). Algumas delas são de leitura estimulante e agradável como nos casos da nota 10, reportando ao artigo de Phillipe Sabot acerca dos estudos preparatórios de *As palavras e as coisas* (p. 57-58); da nota 14, discorrendo sobre a origem kantiana da noção de arqueologia (59-60); e da nota 21, nos informando do debate entre Michel Foucault e Raymond Aron acerca da história da sociologia (p. 61-62). Ao me referir às notas não estou me prendendo a minúcias, mas, antes, assinalando uma qualidade maior do primeiro capítulo do livro, a de abrir veios de pesquisa acadêmica que se contrapõem à apropriação mais rápida e utilitária da obra foucaultiana. Há, inclusive, uma passagem que sintetiza com nitidez a especificidade de Foucault em relação a outros representantes da escola epistemológica francesa que, ao abordarem ciências mais nobres como a física e a biologia, não enfrentaram a situação anômala das ciências humanas. Estas permaneceram epistemologicamente deficitárias, mas desempenharam não somente um papel pragmático relevante nas sociedades modernas, como também contribuíram decisivamente na formação de sua

⁹ Cf. DOMINGUES, Ivan. *O continente e a ilha. Duas vias da filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

orientação humanista. Ao empenhar-se em oferecer um enfrentamento adequado para essa situação Foucault distinguiu em *A arqueologia do saber*, conforme mostra Domingues, “o eixo consciência/conhecimento/ciência da epistemologia tradicional” e “o eixo prática discursiva/saber/ciência, no qual vão instalar-se as ciências do homem”. Esse segundo eixo, no qual se situam as ciências do homem, dentre as quais encontram-se as disciplinas que não ultrapassaram o limiar da cientificidade, é aquele no qual se aloja o projeto arqueológico, programa investigativo a opor o “inconsciente do saber” e das “práticas discursivas” à primazia da consciência própria às ciências nobres (p. 46).

A dificuldade, antes mencionada, de se fazer uma apresentação resumida do livro do Professor Ivan Domingues pode ser, talvez, mitigada, por meio da ênfase em alguns pontos cruciais de sua argumentação. Eu o farei, a partir da imbricação entre o direcionamento epistemológico do argumento e suas implicações antropológicas. A distinção entre os dois eixos, brevemente caracterizada, contrapõe conhecimento e saber, consciência e inconsciente, a instância transcendental e as práticas discursivas e, assim, põe em jogo o confronto titânico entre os herdeiros do *cogito* cartesiano, como Kant e a Fenomenologia, e os adversários do *cogito*, como Nietzsche e Heidegger. Não vou entrar nesse *background* filosófico, mas apenas insinuar a imensa dificuldade de se obter um Kant nietzscheano ou um Nietzsche kantiano. Daí decorre a importância de matizar, como o faz Domingues, a contraposição entre a arqueologia e a epistemologia e de conceder especial atenção à “questão antropológica” tratada por Foucault em sua tese complementar.

Na conclusão de sua “Introdução” à tradução de *Antropologia de um ponto de vista pragmático* de Kant – trabalho que figurou como tese complementar de seu doutorado – Foucault escreveu essas surpreendentes palavras: “a trajetória da questão *Was ist der Mensch?* no campo da filosofia se completa na resposta que a recusa e a desarma: *der Übermensch* [o além-do-homem]”.¹⁰ Como ecoarão essas palavras na trajetória do próprio Foucault e em sua reorientação genealógica? De onde elas provêm e em qual impasse vão dar?

De qualquer forma, vou me ater aos limites anteriormente propostos em minhas breves e genéricas considerações. Após as distinções e esclarecimentos do capítulo inicial, e já estando estabelecida a necessidade de clarificação dos conceitos basilares da obra magna de Foucault, a tarefa consiste em submeter a sua perturbadora originalidade ao crivo da análise epistemológica. O caráter perturbador de *As palavras e as coisas* reside na junção de ciências humanas e naturais, no recurso não somente à episte-

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Gênese e estrutura da Antropologia de Kant*. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 111; DOMINGUES, *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois, p. 210.

mologia ou à filosofia da ciência em sentido comum, mas também, como já foi assinalado, convocando a história da filosofia, dos saberes e, enfim, daquilo que posteriormente foi designado como “práticas discursivas”.¹¹ Para levar a cabo essa difícil tarefa, o autor adota diversos procedimentos. Propõe um recorte procedimental que poderia ser resumido da seguinte forma: de um lado, opera certa restrição textual e temática na leitura da obra, de modo a enfocar o aspecto estritamente epistemológico voltado às ciências humanas, deixando de lado a biologia e a história natural; de outro, opera certa ampliação textual e temática na análise da obra em questão, de modo a integrar e distinguir elementos científicos, filosóficos e históricos que compõem o “espaço epistemológico” no qual poder-se-ia circunscrever a abordagem original do filósofo.¹² O que se pretende com essa dupla operação de restrição e ampliação é fazer uma epistemologia da arqueologia ou uma aproximação de ambas as estratégias, mas sem projetar uma saída em direção à fase genealógica “e outras mudanças de rota do filósofo”.¹³ Para dar conta de sua tarefa, lança mão de outros textos que formam certa unidade no percurso do filósofo, como “Sobre a Arqueologia do saber. Resposta ao Círculo de Epistemologia” (1968), “Linguística e ciências sociais” (1968), *A arqueologia do saber* (1969), “Michel Foucault explica seu último livro” (1969), “Prefácio à Edição Inglesa” (1970). Ora, Foucault, como já foi dito, não pretende fazer uma filosofia direta da ciência, tomando uma ciência específica, a Psicologia ou a Física, como objeto da reflexão filosófica, mas constrói com a arqueologia uma estratégia alternativa e contraposta à abordagem propriamente epistemológica, e esse encaminhamento original, de caráter inusitado e exploratório, requer a incorporação não só dos textos imediatamente posteriores à publicação de *As palavras e as coisas*, mas também da releitura e das correções feitas posteriormente pelo filósofo acerca de sua fase arqueológica, como se vê em “Conversação com Michel Foucault” (1978) e “Estruturalismo e pós-estruturalismo” (1983). O livro de Domingues descortina, assim, diversas possibilidades interpretativas ao associarmos a leitura do segundo capítulo aos “esclarecimentos, retificações e expansões” das fases arqueológica e genealógica reunidas, respectivamente, nos capítulos sétimo e oitavo. O segundo capítulo, lido conjuntamente com esses acréscimos esclarecedores e corretivos, assenta as referências do “espaço epistemológico” e da “estratégia metodológica” de *As palavras e as coisas*, permitindo uma visão mais clara da fecundidade e das limitações das análises da “episteme renascentista” (cap. 3), da “episteme clássica” (cap. 4) e da “episteme moderna” (caps. 5), esta última acrescida dos contrapontos necessários à avaliação de suas consequências epistemológicas (Cap. 6).

¹¹ DOMINGUES, Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’. Cinquenta anos depois, p. 67.

¹² *Ibid.*, p. 68.

¹³ *Ibid.*, p. 69; cf. CANDIOTTO, “Entre erros férteis e verdades anódinas: sobre “Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’: cinquenta anos depois”, de Ivan Domingues”, p. 119.

Essas referências poderiam ser listadas, sem maior aprofundamento, do seguinte modo. Em primeiro lugar, determinar o objeto da obra, demarcando a sua pertinência e a intenção que a preside. O objeto visado são as práticas discursivas, conforme o que foi definido como segundo eixo epistêmico, e essa visada arqueológica está direcionada para as ciências humanas, como pseudociências, sendo que a intenção do filósofo foi a de realizar uma obra provisória e inaugurar um canteiro de trabalho.¹⁴

Isto posto, a determinação do objeto pode ser especificada cronologicamente com a delimitação epocal, um pouco fluida, das diversas epistemes e explorada por meio de estratégias comparativas que não se submetem às separações disciplinares clássicas de modo a tornar visíveis certas aproximações inesperadas e antes ocultas.¹⁵ Em seguida esses tópicos serão examinados sob diversos ângulos.¹⁶ Contudo, quero concluir as minhas considerações sobre o segundo capítulo elencando com Domingues algumas das dificuldades maiores que interferem no êxito filosófico do projeto arqueológico e que marcaram certas opções que o filósofo, em sua trajetória posterior, procurou contornar e redimensionar. Eu vou designá-las como “problemáticas” porque são conjuntos de problemas que contêm diferentes meios para solucioná-los, neutralizá-los, desenvolvê-los e transformá-los. A primeira é a “problemática da história”, nela incluindo as questões da ruptura, da descontinuidade, das relações causais entre as epistemes e, enfim, da história vista como “modo de conhecimento” e como “modo de ser e devir”, ou seja, das incidências entre vida e saber, acontecimento e estrutura.¹⁷ A segunda é a “problemática antropológica”, nela incluindo a questão essencial do sujeito, pois a arqueologia “troca a consciência e o sujeito pelo inconsciente e coletividades anônimas” ou, conforme Foucault afirma, ao explicitar a sua intenção filosófica em *As palavras e as coisas*, o seu projeto é realizado “sem qualquer remissão ao sujeito epistemológico – metafísico, empírico ou transcendental”¹⁸. E o autor comenta: “e aqui, mais uma vez, transparece a verve e a intenção polêmica com que Foucault escreveu o livro: nada menos que a de defender e destronar a centralidade do sujeito na filosofia, nas ciências humanas e no conjunto do pensamento moderno”.¹⁹ A terceira é a “problemática ética”, e vou apenas indicá-la de passagem, pois ela apenas ganhará grande relevância na última fase do filósofo. Aqui, no entanto, me atenho a uma rápida indagação: o empreendimento arqueológico, diferentemente dos propósitos das epistemologias tradicionais, poderia se manter estritamente dentro dos limites dos procedimentos descritivos, analíticos e reflexivos? Seria

¹⁴ DOMINGUES, *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois, p. 72.

¹⁵ *Ibid.*, p. 72-73.

¹⁶ *Ibid.*, p. 77-80.

¹⁷ *Ibid.*, p. 73-80.

¹⁸ *Ibid.*, p. 74.

¹⁹ *Ibid.*, p. 74.

possível descrever e analisar normas e regras renunciando a toda dimensão prescritiva? A razão arqueológica poderia se manter crítica prescindindo dos interesses práticos da razão? A sombra kantiana não se projetaria de alguma forma no próprio estatuto do discurso arqueológico?

Não são indagações passíveis de serem cristalizadas como objeções irrespondíveis a inviabilizar o empreendimento do filósofo, e nem são contornáveis como simplificações extrínsecas de um pensamento tão rico em deslocamentos e matizes. Como Domingues insiste, a oscilação entre o transcendental e o histórico, entre o descritivo e o normativo torna bastante nebulosa a distinção entre os eixos arqueológico e epistemológico e a demarcação entre os “limiares das formações discursivas”²⁰ e as explicações apresentadas em *A arqueologia do saber* parecem ser insuficientes. Essa é, aliás, a discussão proposta nas últimas páginas do segundo capítulo e que devem ser acompanhadas pela proveitosa leitura das notas 26, 28, 30, 34 e 42 colocadas ao final do capítulo.²¹ Nessa discussão fica bem clara a problemática antropológica anteriormente aludida como se pode depreender, e me permito uma citação mais longa, das seguintes passagens:

o que a arqueologia põe em xeque na epistemologia, junto com o tema geral do conhecimento, é justamente a figura do sujeito, como centro e condição de todas as experiências possíveis e, a esse título, de todo conhecimento e ciência possíveis, como em Kant [...] Penso que esse ponto é crucial, e tanto mais que a ciência aparece nos dois eixos, autorizando a aproximação. Todavia, não é a mesma perspectiva que pergunta por suas condições de possibilidade como fato do discurso = positividade, como ‘*quaestio facti*’ (questões de fato), e as buscas na história, como a arqueologia. Em contraste com aquela que pergunta pelas mesmas condições como ‘*quaestio juris*’ (questões de direito), como a epistemologia, ao indagar pela forma do conhecimento e por sua legalidade ou cientificidade de direito, e as buscas nos recessos do sujeito. Essa questão no entanto fica indecida, não tendo Foucault dela se ocupado como deveria em *A arqueologia do saber*.²²

Desse modo, e não satisfeito com os esclarecimentos feitos pelo filósofo em sua “Resposta ao círculo de epistemologia”, Domingues propõe não uma solução, mas, antes, uma alternativa bem matizada:

A hipótese que pretendo seguir, não digo exatamente para resolver, mas para reencaminhar o problema, considerando as dificuldades textuais e documentais, é que Foucault com a distinção dos dois eixos, não visa exatamente acomodá-los, mas colapsar as tradicionais teorias do conhecimento e epistemologias das ciências, em suas diferentes vertentes, e, antes de tudo, as kantianas, neokantianas e fenomenológicas, com o sujeito transcendental na linha de frente, porém não só ele.²³

²⁰ *Ibid.*, p. 81.

²¹ *Ibid.*, p. 80-94.

²² *Ibid.*, p. 82-83.

²³ *Ibid.*, p. 83.

Não obstante, a dúvida se impõe: até que ponto esse “programa da destituição do sujeito em suas diferentes faces e ramificações”²⁴ poderia ser bem-sucedido? Essa pergunta não pode, obviamente, ser respondida afirmativa ou negativamente, mas o seu papel retórico não é outro senão enfatizar o lugar de Michel Foucault no centro do mais exigente debate filosófico contemporâneo, ao invés de aprisioná-lo no uso militante de seus textos.

O livro do Professor Ivan Domingues cumpre essa tarefa com competência e brilho exemplares. Não é pouca coisa. O objetivo de uma nota bibliográfica não pode ser, é claro, o de economizar ao leitor o esforço de enfrentar a obra comentada. Não há a menor possibilidade de apresentar as ricas reflexões sobre uma obra como *As palavras e as coisas* e que, passados mais de cinquenta anos, pode ser colocada no panteão das grandes realizações da filosofia contemporânea e sendo o seu autor devidamente aureolado como um “clássico”.²⁵ O ensaio de Domingues pode ser lido em paralelo com os textos de Foucault, não para servir como guia ou ponto de apoio, mas como uma espécie de “caixa de ressonância” na qual os conceitos são virados e revirados em seus déficits e as intuições fulgurantes do filósofo são repensadas e problematizadas. Essa perspectiva é particularmente visível nas considerações acerca dos capítulos IX e X de *As palavras e as coisas*. Gostaria, entretanto, de deixar de lado o reexame da tópica foucaultiana dos saberes,²⁶ para acompanhar em sobrevoo as considerações do autor a respeito do capítulo IX da obra magna e intitulado “O homem e seus duplos”, no qual se situa, a meu ver, o *punctum saliens* do programa arqueológico: a controvérsia em torno da ideia filosófica de sujeito.

Ora, Domingues tem em mira não somente o supracitado capítulo de *As palavras e as coisas*, mas o lê num movimento retrospectivo ou numa “inversão temporal” que ao invés de seguir o percurso de 1966 a 1984 vai daquela data a 1961, quando, como já foi assinalado, foi apresentada a introdução à tese complementar de doutorado. Essa inversão pode ser acompanhada se colocarmos em sequência sobre a primeira parte do sexto capítulo (p. 210-229) e o anexo acerca da “questão antropológica (p. 349-411). Ora, nas primeiras páginas do sexto capítulo (p. 210-217), Domingues procura, numa breve circunscrição de caráter mais pessoal, apresentar “o contexto completo em que a questão antropológica e o duplo empírico/transcendental aparecem em Kant e o modo como uma e outro são retomados e lidos por Foucault”.²⁷ Ele o faz de modo a mostrar como a nostalgia do incondicional produz a cisão insuperável entre o caminho transcendental inaugurado pela *Crítica da razão pura* e o caminho da filosofia empírica a

²⁴ *Ibid.*, p. 84.

²⁵ *Ibid.*, p. 348-349.

²⁶ *Ibid.*, p. 182-199.

²⁷ *Ibid.*, p. 217.

ser efetivado na *Antropologia*. Essas duas vertentes, porém, não se encaixam satisfatoriamente, dando origem a uma confusão inextrincável que marcará toda a filosofia contemporânea. Segundo a visão de Foucault, ao fazer do homem “habitante de dois mundos: o mundo da natureza e o mundo moral”²⁸ Kant teria reproduzida no plano antropológico a ilusão metafísica que ele havia exitosamente dissipado com sua primeira crítica e, assim, a sua *Antropologia* não foi capaz de “decidir que estatuto dar ao empírico no quadro de uma reflexão transcendental”.²⁹

No esforço em escapar da ontologia cartesiana do infinito sem cair na imanência do empirismo Kant iria se perder de seu programa crítico não sendo capaz, após a substituição do transcendente pelo transcendental, de responder adequadamente à interrogação propriamente antropológica acerca do “conhecimento empírico da finitude” e “de saber se no nível do homem pode existir um conhecimento da finitude, suficientemente liberado e fundado, para pensar essa finitude em si mesma, isto é, na forma da positividade”.³⁰ Nostálgica da transcendência perdida, a antropologia kantiana, ao embaralhar o empírico e o transcendental, acabaria por colocar o homem no lugar fundante do conhecimento e da ação, no lugar antes ocupado pela Natureza, pelo Ser ou por Deus.³¹ À luz desse entrechoque interno do sistema kantiano compreende-se, então, por que em seu livro Ivan Domingues insistirá na relevância hermenêutica de ler *As palavras e as coisas* sob a ótica comum das ideias delineadas na “Introdução” à tese complementar de 1961 e como nela encontramos a prefiguração daquela passagem conclusiva de sua obra magna e que tanta celeuma causou: “o homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo”.³²

A arqueologia foucaultiana teria sido bem-sucedida em sua empreitada? O “*a priori* histórico” ou, antes, das “positividades” abriria uma razoável perspectiva para a saída do “impasse moderno” do antropocentrismo? A arqueologia teria sido uma alternativa suficientemente consistente para barrar o “retorno a Kant” por meio da junção nietzscheana da morte de Deus e da morte do homem? Ou, já estaria lançada na reiteração do impasse a aposta encobridora da genealogia do poder? Essas perguntas, como eu as formulei, já insinuam respostas negativas reforçadas pela afirmação implícita na última delas. O deslocamento para a genealogia, atestando o triunfo da opção nietzscheana, não resolve e nem dissolve os problemas estruturais da arqueologia. Confirma, todavia, a grandeza de uma obra que faz pensar justamente pela magnitude dos questionamentos que comporta.

²⁸ *Ibid.*, p. 218.

²⁹ *Ibid.*, p. 221.

³⁰ FOUCAULT, *Gênese e estrutura da Antropologia de Kant*, p. 105; DOMINGUES, *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois, p. 223.

³¹ DOMINGUES, *Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’*. Cinquenta anos depois, p. 224-225.

³² FOUCAULT, *Entrevistas*, p. 53.

Neles é possível discernir não somente a sombra do transcendental kantiano a se projetar na ambiguidade do “*a priori* foucaultiano”, apesar do seu esforço em dele excluir a referência ao sujeito, mas também a presença não oculta de Heidegger, um pensador essencial na formação da problemática antropológica do filósofo francês.³³ O duplo empírico/transcendental não poderia ser rearranjado à luz da “analítica do *Dasein*” na qual o ser do/no humano é pensado originariamente como “ser-no-mundo”? Talvez aí, repousando no fundo das coisas, o “*a priori*” não transcendental possa ser situado. O fundo de uma temporalidade originária e desde sempre histórica e não de um arcaico pré-histórico como, aliás, Foucault esclareceu numa entrevista concedida em 1983 a Gérard Raulet:

Se empreguei esse termo arqueologia, que já não uso atualmente, era para dizer que o tipo de análise que eu fazia estava deslocado, não no tempo, mas pelo nível em que ele se situa. Meu problema não é estudar a história das ideias em sua evolução, mas sobretudo ver debaixo das ideias como puderam surgir tais ou tais objetos como objetos possíveis de conhecimento.³⁴

Esse “debaixo de” poderia ser remontado ao plano originário visado pela arqueologia e nos levaria a aproximarmos do caráter irreduzível da diferença ontológica? Se isso for aceitável, o que demandaria uma elucidação muito mais longa, não haveria no pensamento de Michel Foucault, como quer Béatrice Han, uma carência constitutiva de elaboração ontológica?³⁵

De qualquer forma, a hipótese poderia ser explorada, e não custa lembrar que, após a publicação de *Ser e tempo* em 1927, Heidegger rejeitou taxativamente a interpretação antropológica de sua ontologia fundamental e no contexto dessa rejeição fez o seu acerto de contas com Kant e o neokantismo em “Kant e o problema da metafísica”. Nela, especificamente em sua quarta parte, ele reexaminou a relação das três perguntas críticas com a pergunta pretensamente inclusiva acerca do ser do homem e deu curso à sua confrontação com a antropologia filosófica. A partir daí, ao rever os elementos transcendentais ainda presentes em *Ser e tempo*, Heidegger pôde se encaminhar para a “viravolta” (*Kehre*) e para a radicalização de sua rejeição da filosofia antropocêntrica. Não é minha intenção, porém, por meio desses breves apontamentos remeter Foucault a Heidegger, como se ele apenas reiterasse de modo implícito e insuficiente a investigação heideggeriana. Ao contrário, ele soube enfrentar outros desafios e seguiu outros rumos, dentre eles, e esse é o ponto a ser frisado em relação à sua fase arqueológica, não renunciou à sua sensibilidade epistemológica, o

³³ DREYFUS, Hubert L. et RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Um parcours philosophique au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Paris: Éditions Gallimard, 1984, p. 35-70.

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 319-320.

³⁵ HAN, Béatrice. *L'ontologie manquée de Michel Foucault. Entre l'historique et le transcendantal*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 1998, p. 7-118.

que o impediu de ir na direção heideggeriana do pensamento alusivo e mitopoético do ser.

O livro do Professor Ivan Domingues resultou, certamente, de sua familiaridade com os textos do filósofo e com os estudos foucaultianos, mas, também, de modo semelhante ao mestre francês, ele se viabilizou por sua sensibilidade epistemológica, longamente cultivada ou, como bom mineiro, bem “curada” por décadas de reflexão e trabalho infatigáveis. Dentre muitas outras, essa é uma qualidade a ser francamente exaltada, sobretudo num tempo em que a Academia, advertida contra os perigos das especulações fáceis, corre o risco maior de não mais pensar em nome do rigor disciplinar.

Referências

CANDIOTTO, Cesar. “Entre erros férteis e verdades anódinas: sobre “Foucault, a arqueologia e ‘As palavras e as coisas’: cinquenta anos depois”, de Ivan Domingues”. *Trans/formação*, Marília, v.46, n. 4, p. 109-126, Out./Dez., 2023.

DOMINGUES, Ivan. *O continente e a ilha. Duas vias da filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

DREYFUS, Hubert L. et RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Um parcours philosophique au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Paris: Éditions Gallimard, 1984.

FLORENCE, Maurice. “Foucault, Michel, 1926 -”. In: HUISMAN, Denis (Dir.). *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 388 -391.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Entrevistas*. São Paulo: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Gênese e estrutura da Antropologia de Kant*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HAN, Béatrice. *L'ontologie manquée de Michel Foucault. Entre l'historique et le transcendantal*. Grenoble: Éditions Jérôme Millon, 1998.

MACHADO, Roberto. *Impressões de Michel Foucault*. São Paulo: n-1 Edições, 2017.

Endereço do autor:

Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127 – Planalto
31720-300 Belo Horizonte – MG

Email: carlosdrawin@yahoo.com.br